

ATA DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Mauricio Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados. Esta Presidência registra a volta da deputada Ada De Luca a este Parlamento. Para nós é uma grande alegria tê-la de volta depois de um extraordinário trabalho exercido junto ao governo do estado.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, quem nos acompanha pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, cumprimento especialmente os companheiros praças do Corpo de Bombeiros que estão nesta Casa, na tarde de hoje, para debater ou acompanhar a

discussão e deliberação do Projeto de Lei Complementar n. 0005/204, que altera critérios de promoção dentro da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Estado.

Nós já, de manhã, na sessão que houve às 10h, falamos a respeito deste PLC e sei do seu significado, de todo o conjunto de negociações havido no ano passado, da importância dessa mudança que é uma quebra de paradigma para as instituições militares estaduais. A promoção por tempo de serviço, por antiguidade, sempre requereu, historicamente, estar num comportamento melhor do que o comportamento necessário para todas as outras promoções dos militares. Quer dizer, todos podiam ser, e pode até hoje, promovidos por bom comportamento, mas por antiguidade precisava estar no ótimo; justamente aquele que trabalhou mais tempo, com o calcanhar mais calejado precisava cumprir um requisito mais exigente do que os demais.

Então, é uma medida de Justiça. Vamos debater melhor isso na tarde de hoje durante a Ordem do Dia. Já me manifestei a respeito desse assunto pela manhã, no justo momento que v.exas. estavam acompanhando o debate na comissão de Administração, Trabalho e Serviço Público, mas vamos voltar a essa pauta ainda na tarde de hoje.

Quero usar este tempo que tenho para falar da reivindicação dos servidores técnicos da Udesc. Parabenizo-os por estarem aqui de forma organizada, constituídos em sindicato, dizendo o que precisa para melhorar a educação superior pública e gratuita do nosso estado. Isso com certeza é importante para o conjunto dos servidores públicos do nosso estado, para a classe trabalhadora catarinense e também para a própria universidade pública.

Passo a ler a carta assinada pelo sindicato Sintudesc - Sindicato dos Técnicos da Udesc.

(Passa a ler.)

"Ao longo dos últimos anos de incansáveis debates e reuniões a Udesc trabalhou em uma proposta de alteração do seu plano de carreira dos servidores, por considerar que a legislação

existente não atende demandas de valorização daqueles que diariamente constroem esta instituição.

Em um processo democrático e responsável foi elaborada uma proposta de alteração do plano de carreira que equilibrou as necessidades dos trabalhadores às responsabilidades da Udesc com relação a seus aspectos orçamentários, proposta esta aprovada pelo Conselho Universitário em setembro de 2013 e que desde fevereiro do presente ano se encontra em análise por parte do governo do estado de Santa Catarina. Dentre as principais alterações destacam-se mudanças nos critérios de progressão/promoção dos Técnicos Universitários; implementação do plantão e sobreaviso; gratificação de pregoeiro; gratificação de dedicação integral a docentes em estágio probatório e o aumento no auxílio-alimentação que está sem reajuste há 13 anos.

Tais medidas emergenciais, longe de serem profundas, visam apenas, além de reparar injustiças, evitar a evasão de quadros extremamente qualificados da Udesc e dar condições de vida dignas e compatíveis com as funções que exercem, de modo que a universidade possa manter o alto nível de qualidade do ensino superior prestado à sociedade catarinense.

Ocorre que, contrariando o princípio da autonomia universitária constante nas Constituições Federal e Estadual, o governo não parece disposto a encaminhar para a Assembleia Legislativa as alterações do plano de carreira dos servidores da Udesc, estudando ainda a possibilidade de cortar arbitrariamente alguns itens da proposta construída democraticamente no interior da universidade. Destaca-se que nossas demandas não exigem novos recursos nem alteração no orçamento da Udesc. Todavia, apesar de haver recursos, o governo desconsiderou as alterações pela obscura e inexplicável alegação de decisão política.

Assim, como resposta aos obstáculos que o governo do estado vem colocando diante das alterações do plano de carreira dos servidores, e

diante da autonomia universitária, os servidores técnico-administrativos da Udesc aprovaram estado de greve da categoria e pedem o apoio de todos os segmentos que fazem parte da comunidade universitária, bem como de toda a comunidade catarinense e suas lideranças políticas, em defesa do envio do projeto de lei complementar para a Assembleia Legislativa e sua respectiva aprovação, conforme texto original aprovado no Conselho Universitário da Udesc. Advertimos à população que inúmeros serviços prestados pela instituição, inclusive as aulas, poderão sofrer interrupções durante o ano de 2014.

No mesmo sentido, cabe à Reitoria da Udesc também prezar pelo respeito à autonomia universitária, cobrando do Executivo Estadual um posicionamento, exigindo o envio das alterações, sem necessidade de pedir favor. A união de esforços em torno da valorização dos servidores é de grande importância para que a Udesc continue a ser um patrimônio do povo de Santa Catarina, promovendo sua função como universidade pública e de qualidade.

Por fim, registra-se que em um contexto no qual é fácil falar e defender o investimento público na Educação, resta às autoridades constituídas colocarem em prática o discurso, de maneira que também se faz urgente o aumento do repasse financeiro feito pelo governo à Udesc, para que esta possa se consolidar enquanto excelência no ensino, pesquisa e extensão. Sem investimento e sem valorização dos seus servidores a Udesc sucumbirá a interesses menores que não o de trazer os retornos que a sociedade catarinense dela espera.

Por uma universidade de alto nível, pública e de qualidade!

Abril/2014

Sindicato dos Técnicos da Udesc - Sintudesc.”
[sic]

Era este, portanto, o posicionamento dos servidores do sindicato. Quero parabenizá-los por esta clareza e dizer aqui que já defendemos, nos últimos anos, e vamos reiterar agora, nesta

tribuna, que ao invés de se aumentar o duodécimo para este Poder ou para aquele outro Poder, para aquele mais ali na frente e outro acolá, nesse raio de 3km de distância desse local onde estamos agora, poder-se-ia, inclusive, fazer uma avaliação do percentual das sobras nesses poderes todos os anos e dedicar esse recurso à Saúde Pública, à Segurança Pública e à Educação, aumentando, assim, o duodécimo da Udesc, uma defesa que sempre fazemos. Infelizmente, manda-se para cá. Então, quando aumentam uma vírgula para a Udesc, tem sempre um trenzinho da alegria para os outros Poderes. E quando manifestamos posição contrária, alguns discursam lá na Udesc que somos contra ela.

Então, precisa-se aumentar, sim, o duodécimo da Universidade do Estado de Santa Catarina para que ela possa se expandir e crescer com qualidade. Inclusive, na minha avaliação, com a possibilidade de diminuir o duodécimo dos outros Poderes.

Vamos repetir agora, deputado Padre Pedro Baldissera, que neste Poder, naquele lá e nos outros por aí afora, num raio de 3km de Poderes públicos do estado de Santa Catarina, sobram recursos. Agora, 7km mais para a frente, lá no Itacorubi, na Udesc, e nos *campi* da Udesc por toda Santa Catarina, faltam recursos!

Então, esse é um fato que eu queria colocar e a reflexão que eu queria fazer.

Está de parabéns o sindicato por estar entendendo dessa forma. E a denúncia deles é que somente veio a reposição da inflação e o aumento de R\$ 1,00 no vale alimentação!

(Palmas das galerias)

Para os servidores da Udesc houve R\$ 1,00 de aumento no vale alimentação, deputada Ana Paula Lima, e a reposição da inflação! E divulga-se na imprensa que o governo está encaminhando um projeto para resolver os problemas dos servidores da Udesc. É uma peça de propaganda que não cumpre mais do que a obrigação legal. Então, faz-se a propaganda e, além do que lemos no jornal, tem-se a impressão de que o governo fez uma negociação altaneira, soberana e que os servidores estão contentes. Na verdade, é a mera reposição da

inflação e o aumento de R\$ 1,32 de auxílio alimentação. Com certeza, não é isso que esses trabalhadores e trabalhadoras precisam e merecem.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, gostaria de saudar, de forma muito especial, os servidores que estão aqui presentes nesta tarde acompanhando pessoalmente esta sessão: os servidores ligados à Aprasc e também à nossa Udesc.

Quero, inclusive, fazer um comentário, porque nos últimos anos tivemos uma expansão importante do ensino superior no Brasil e em Santa Catarina. Nós, em termos de instituições federais, somente tínhamos uma instituição federal, a Universidade Federal de Santa Catarina. Depois ela passou a ter diversos *campi* e extensão por este estado afora e, inclusive, foi criada uma segunda instituição federal, a Universidade Federal da Fronteira Sul, cuja Reitoria está em Chapecó, e está em vias também de criação de um *campus* em Concórdia, além dos *campi* que existem no Rio Grande do Sul e no Paraná.

Essa expansão importante tanto em cursos, estrutura e recursos não se deu na mesma proporção aqui em Santa Catarina em relação à nossa Universidade do Estado de Santa Catarina. Aliás, eu já fiz até um pedido nesta Assembleia para saber onde estavam as placas de inauguração de duas unidades da Udesc, uma em Caçador e outra em Joaçaba, porque as unidades não estão lá.

E hoje estão aqui os servidores trazendo uma carta ao povo catarinense, colocando as suas reivindicações. E ainda de manhã, quando conversaram conosco, falamos que vimos as manchetes dizendo que houve um aumento do vale alimentação, mas que não diziam de quanto foi o

aumento. E dava-nos a impressão de que talvez fosse, quem sabe, um aumento de, pelo menos, R\$ 10,00 por dia, que seria pouco, mas seria razoável. E quando fomos analisar a medida provisória, vimos que se trata de R\$ 1,00 e isso realmente faz com que vocês tenham razão para estar aqui presentes.

Também, através da nossa bancada, estamos nos colocando à disposição para ajudar na intermediação, nas conversações, e queria dizer que são muito importantes as entidades representativas das diversas categorias.

Digo isso porque tivemos também a notícia, na reunião da bancada, ao meio-dia, de que há uma tentativa do governo, em relação ao Sintesp, de pedir na Justiça a destituição dos seus dirigentes.

Ora, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses, nós podemos discordar dos dirigentes de qualquer entidade, inclusive do sindicato, podemos discordar de um dirigente, de um prefeito, de um governador, de um presidente, de uma presidenta, mas, na medida em que discordarmos, não vamos entrar para destituir. Isto me parece o contrário daqueles ares de rememoração de agora sobre os anos da ditadura.

Então, queria fazer um apelo ao governo do estado para que reveja esta posição de entrar com um pedido de destituição de dirigentes sindicais. Isso seria uma afronta às diversas categorias, independentemente de qual sindicato se trata. Trata-se de um direito democrático, de liberdade e de organização sindical.

Então, nos colocamos à disposição de vocês que estão aqui presentes para ajudarmos nessa negociação. Hoje devemos ter a votação da medida provisória do Magistério e também apresentaremos, em nome da nossa bancada, um substitutivo para que aqueles 8,5% sejam pagos em parcela única. Infelizmente, a comissão de Mérito não acatou e estamos fazendo um requerimento para votação em Plenário. Então, esperamos ter o apoio dos srs. deputados.

Sr. presidente, srs. deputados, deputado Valdir Cobalchini, quero aproveitar para saudar v.exa. e o faço por justiça. V.Exa. é deputado, mas estava como secretário da Infraestrutura, uma pasta importante, uma pasta difícil de ser conduzida, que tem demandas importantes em Santa Catarina. Há obras que estão em andamento, outras que precisariam estar, talvez ainda não estejam, mas, independentemente do mérito, v.exa. conduziu muito bem a referida secretaria. Saúdo v.exa. pela forma cordial como sempre nos atendeu e encaminhou os pleitos dos nossos prefeitos e das nossas lideranças. No seu retorno, não poderíamos deixar de fazer este registro, esperando que seu sucessor não apenas dê andamento aos projetos, mas também possa atender os representantes, quando lá forem, da melhor maneira possível.

E, antes de finalizar, sr. presidente, dentro deste horário destinado às Breves Comunicações, queria dizer que neste final de semana - fazendo aquilo que normalmente fizemos nos finais de semana, que é estar em contato com a nossa comunidade, nos nossos municípios -, estivemos, nos três municípios que estão comemorando os seus aniversários de emancipação político-administrativa, e um deles é Seara, que realizou uma belíssima feira.

Queria registrar que Seara é o município que tem o maior museu entomológico do mundo, e lá esteve Fritz Plaumann, que foi um famoso colecionador de borboletas. A nossa Seara estava de aniversário e fez uma belíssima feira. Queria parabenizar o povo de Seara por este evento.

Da mesma forma, estivemos em São Domingos, prestigiando a Faic, uma feira que recebeu milhares de pessoas, uma feira bastante popular, que acontece há 51 anos naquele município, comemorados ontem.

Também estivemos no município de Ouro, onde também prestigiemos os eventos dos 51 anos da Facisc. Estes são municípios importantes, cujas administrações também procuram fazer o melhor para a sua população.

Então, eram esses os registros que nós tínhamos nesta sessão.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Silvio Dreveck, que esteve na Argentina e certamente terá muito a relatar sobre a experiência vivida naquele país. Com toda certeza fará uso da palavra para discorrer sobre esta viagem.

V.Exa. tem o tempo de até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, sr. presidente, como sempre v.exa. tem uma generosidade maior do que seu porte físico por me conceder esta oportunidade, com certa celeridade, à minha entrada ao plenário, quando v.exa. já me comunicava que o espaço estava reservado à minha pessoa.

Fico muito honrado pela sua deferência, deputado presidente Padre Pedro Baldissera.

Ao passo que quero registrar de fato a nossa ida à Argentina, Buenos Aires, e também mais 150km pra frente, para conhecer equipamentos e processo de uma alimentação que, na verdade, temos que destacar apenas foi possível porque o Parlasul nos permitiu esta integração com os quatro estados do sul do Brasil: Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Nesses encontros, nos estados que lá são chamados de províncias da Argentina, acabamos encontrando algo relevante, não apenas para Santa Catarina, mas para o Brasil.

Sáimos, sr. presidente, à frente no conhecimento dessa tecnologia, dessa inovação com a participação principalmente de autoridades do nosso oeste, na pessoa do prefeito de Xavantina, Mauro Junes Poletto; do vice-prefeito de Xanxerê, Celso Saibo; do vereador, Wilson Martins dos Santos. Quero aqui saudar todos os vereadores que participaram daquele evento, tanto de Xanxerê, de Xavantina, de Ponte Serrada, de Seara e de outros municípios, bem como os empresários que

participaram conosco desta visita técnica. Tivemos a oportunidade, o privilégio também de contar com a presença do presidente desta Casa, deputado Joares Ponticelli, no evento.

Portanto, foi uma viagem muito rápida, porque deslocamo-nos de Florianópolis no domingo e, ontem, durante todo o dia tivemos uma agenda muito extensa, iniciando na parte da manhã com uma apresentação do vice-governador da província de San Miguel de Tucumán, em Buenos Aires, em seu escritório de governo, a respeito da potencialidade econômica de seus produtos; da exportação desses produtos, destacando para os cítricos, o limão, a amora e também, nas usinas de produção de etanol e outros derivados da cana-de-açúcar.

Posterior a esse encontro, tivemos também na Embaixada do Brasil onde fomos recebidos pelo embaixador, além dos técnicos de sua equipe, que fizeram um relato da situação econômica e política do país vizinho, a Argentina, colocando para nós alguns desafios, dificuldades nesta relação comercial que deveria estar muito mais concretizada porque isso foi criado e estabelecido o Mercosul, para facilitar os negócios, a integração entre os países da América do Sul, coisa que não vem acontecendo por conta de alguns governos locais em relação à Argentina.

De fato, nos últimos anos, em especial no ano 2013, diminuiu essa participação de compra e venda, ou seja, de importação e exportação de produtos brasileiros para a Argentina e vice-versa.

Decisões, como eu disse, de governos locais. Mas nós temos um grande desafio que é concretizar o Mercosul no Brasil e nos estados e países que o compõem. Se desejamos ser uma região competitiva o Brasil tem que liderar este processo para fazer com que o Mercosul possa ser competitivo diante da comunidade européia, do Nafta, dos países asiáticos e assim pro diante.

Mas o nosso foco principal desse encontro foi conhecer equipamentos que produzem alimentação para animais. Uma empresa que tem origem na

Austrália e que tem sua filial na Argentina está operacionalizando equipamentos para produzir alimentos de altíssima qualidade, nutritivo em apenas seis dias de processo.

O equipamento é uma estufa em que se colocam gavetas com aquecimentos através de energia. O processo é a hidroponia, ou seja, através da água, mas com pouquíssima água, com uma mão de obra reduzida, extremamente de baixo custo. Como isso tudo funciona? São sementes de cevada, de trigo, de aveia entre outras, colocadas nessas gavetas e que no decorrer de seis dias ficam com uma altura de 15 a 20 centímetros.

Nós estivemos com o pessoal do oeste nesta missão exatamente porque o oeste é um diferencial na produção do leite. A grande bacia leiteira está no oeste agora também desenvolvido no sul e no planalto norte, mas o oeste é referência. E todos nós sabemos que o nosso estado, quando se trata do inverno, praticamente não tem alimentação para animais, em especial para o gado de leite e de corte. O fato é que os animais se alimentam não apenas da forragem, mas também da semente, que é o grande diferencial.

Foi um conhecimento extraordinário e esperamos que essa nossa visita técnica possa render frutos, ou seja, possa dar bom resultado para Santa Catarina, pois além de outras pessoas que participaram esteve conosco o secretário de estado da Extensão Rural, Júlio Cezar Bodanese, que também já foi prefeito em Xanxerê.

O custo dos equipamentos também nos chamou a atenção, pois um equipamento para alimentar de 30 a 35 vacas de leite, ou se for de corte, até 75 cabeças, produz 540kg de alimento por dia. É uma cadeia produtiva!

Mas vimos na prática, fomos conhecer uma fazenda e de fato chamou-nos a atenção, que os bezerros dispensam a amamentação e utilizam apenas esse tipo de alimento. Isso permitirá a ampliação da criação de animais com uma alimentação de baixo custo, agregando valor para o produtor e principalmente, para a pequena agricultura catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Moacir Sopelsa, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos assiste, o deputado Silvio Dreveck traz à tribuna, nesta tarde, um assunto importantíssimo.

Quero desejar às boas-vindas à deputada Ada De Luca, que esteve dirigindo a secretaria de Justiça e Cidadania deste estado, que retorna a este Poder, depois de fazer um grande trabalho. Desejo-lhe sucesso com os demais 39 parlamentares. Da mesma forma, quero desejar as boas vindas ao ex-secretário da Infraestrutura, Valdir Cobalchini, que também hoje retorna ao seu cargo de deputado estadual. Quero cumprimentá-lo pelo seu trabalho, desejando-lhe um bom retorno. Tenho certeza de que ele terá muito a nos dizer sobre o que foi feito no seu mandato na secretaria.

Vejo neste plenário os servidores da Aprasc e da Udesc e quero também desejar que possam ter sucesso nos seus respectivos pleitos. Já recebi alguns de vocês no meu gabinete e vocês sabem que dentro daquilo que tiver ao meu alcance, podem contar com o meu apoio. Mas o deputado Silvo Dreveck falava de uma atividade muito importante para o estado de Santa Catarina.

Somos um estado com um pouquinho mais de 1% do território brasileiro e somos o quinto estado brasileiro em produção de alimentos no país. Mas não é o tamanho do estado que garante a produção dos alimentos, mas a qualidade da nossa gente.

Ouvi um cidadão, na reunião que participei, no município de Itá, que falava sobre as nossas agroindústrias o seguinte: "Se não melhorássemos a infraestrutura, algumas indústrias poderiam partir para outros estados com uma melhor logística do que o estado de Santa Catarina. E eu disse a ele que até acreditava que há estados que possuem uma infraestrutura, uma logística melhor do que do

Santa Catarina, mas duvido que há outro estado com um povo como o de Santa Catarina para trabalhar na agricultura. Não tem, deputada Ada De Luca, em nenhum estado, a não ser aqui, no sul do país, agricultores que não tem hora, não tem frio, não tem chuva, não tem sol, não tem sábado, não tem domingo, para trabalhar na produção de alimentos, seja na produção de suínos, na produção de aves, na produção de leite. São os pescadores que transformam o estado de Santa Catarina no maior produtor de moluscos também do país. Também na questão do camarão, da ostra, do marisco, enfim, são pessoas que se dedicam ao seu trabalho.

O deputado Silvio Dreveck falava na produção de leite, porque o grande gargalo do produtor é o custo de produção. O consumidor quando vai ao supermercado comprar um litro de leite, que não deve custar menos de R\$ 2,30 ou R\$ 2,50, o nosso produtor está ganhando, quando muito, R\$ 1,00 por litro de leite, mas na maioria das vezes é R\$ 0,70 a R\$ 0,80. Então, o nosso custo de produção, às vezes, não cobre o custo que o produtor tem para produzir um litro de leite.

O deputado Silvio Dreveck falava exatamente aqui na possibilidade de diminuirmos o custo de produção com alimentos que possam custar mais barato. O milho e a soja são os principais alimentos que usamos na produção de aves, na produção de suínos e na produção de leite. E a soja e o milho são procurados pelo mundo todo, pelos países da Europa, os Estados Unidos, Japão, China, enfim, todos esses países procuram comprar do Brasil esses produtos, porque são estes que fazem eles também transformar os seus países em produtores de carne, de alimentos.

Então, precisamos garantir a permanência desse nosso pequeno produtor. A média da produção de leite em Santa Catarina não deve ser mais do que 150, 180 litros por produtor por dia. Então, são pequenos produtores que têm dez vacas, seis, no máximo, produtores com 30 matrizes produzindo leite, à exceção de 50, 60 produtores dentro do estado de Santa Catarina, que podemos considerar produtores maiores, que produzem acima de mil

litros de leite por dia, e alguns; mas não mais do que meia dúzia, produzem dez mil litros de leite por dia.

Mas o grande desafio que temos é conseguir produzir um alimento mais barato, ao alcance de nossos produtores, com menos custo e mais lucrativo. A Argentina e o Uruguai são países vizinhos nossos que nos dão exemplo na produção de leite. São países que usam a tecnologia na produção de leite e dos alimentos, pois além de terem um solo melhor que o nosso, sua produção de cereais é melhor também porque suas terras são mais produtivas e a tecnologia é mais avançada, oportunizando uma produção com menos custo.

Portanto, não são nada menos do que cinquenta mil famílias em Santa Catarina que ainda têm a sua atividade principal na produção de leite e esses produtores apenas recebem no fim do mês para pagar sua luz, farmácia e recursos vêm todo fim de mês para fazer frente àquelas despesas mensais.

Por isso, precisa o governo do estado, o federal e, todos nós, olharmos essa atividade com mais objetivo e darmos os subsídios para que esses produtores possam permanecer no campo com alegria e prazer exercendo as suas atividades, assim como o nosso servidor público, que não está renumerado a contento, como merece.

Então, se não tivermos uma melhor divisão de renda, de recursos, não teremos um país com dignidade em que as pessoas sintam-se felizes. Claro que não há a mágica, mas deve haver a vontade de construir um país mais justo para todos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa.

Esta Presidência registra que pediu que fosse distribuído em todos os gabinetes de todos os parlamentares um relatório da gestão de João José dos Santos do mês de maio de 2003 ao mês de abril de 2014, contendo as principais ações diante da superintendência do DNIT em Santa Catarina. E, ao

mesmo tempo, em nome deste Parlamento, queremos deixar registrado os nossos agradecimentos pelo extraordinário trabalho durante esses 11 anos de serviços prestado ao referido órgão.

Ao mesmo tempo, deputado Sargento Amauri Soares, faço aqui o apelo a todos os parlamentares que se encontram em seus gabinetes, que compareçam ao Plenário, porque teremos, hoje, a votação de um PLC e precisamos, pelo menos, da presença de 21 deputados para votá-lo, que trata do requisito do comportamento conceituado como bom e, também, que determina a idade para transferência, reserva renumerada *ex-officio* que passa para 60 anos dos praças.

Portanto, faço o apelo aos parlamentares para que possamos na Ordem do Dia, às 16h, termos quórum para fazer a apreciação e votação deste projeto de lei e de outras matérias que estão na pauta da Ordem do Dia de hoje.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

A primeira oradora inscrita é a deputada Ada De Luca, a quem concedemos a palavra por até 12 minutos.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, meus caros colegas, srs. deputados, membros da Mesa Diretora, funcionários desta Casa, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, uma boa-tarde!

(Passa a ler.)

"Retorno a esta tribuna depois de dois anos e 11 meses licenciada para cumprir a missão de secretária de Estado da Justiça e Cidadania por designação do meu partido PMDB e a convite do sr. governador Raimundo Colombo.

E aqui estou, não para fazer uma grande prestação de contas, porque eu ficaria a tarde toda aqui, mas, sim, uma rápida prestação de contas à sociedade sobre meu trabalho frente à referida secretaria.

Estou preparando um relatório para entregar para a imprensa e para todos os meus colegas deputados.

Uma secretaria polêmica, problemática como todos me diziam, e realmente ela era e é, ainda, pois ela cuida de pessoas, de seres humanos que em algum momento de suas vidas e por razões sociais ou pessoais cometeram algum tipo de delito.

Enfrentei fugas, rebeliões, greves, incêndios, mas em nenhum momento esmoreci e deixei de acreditar na recuperação do ser humano e cheguei até a criar um lema de trabalho: Sistema humanizado, cidadania respeitada!

Colegas foram com estas crises que me fortaleci e me deram coragem de continuar à frente da secretaria de Justiça e Cidadania.

Para desenvolver esta gestão, com este lema forte, *Sistema Humanizado, Cidadania Respeitada*, que acredita literalmente no ser humano, o ponto de partida foi a valorização da equipe, o reconhecimento do seu trabalho árduo e a sua segurança na execução de suas atividades.

Com essa premissa adquirimos 249 viaturas, quando tínhamos 99% das viaturas do sistema com mais de 20 anos de uso.

Adquirimos uniformes completos, coletes balísticos, armamentos e equipamentos de segurança, feito o maior recorde do estado de Santa Catarina no sistema prisional.

Criamos a Academia de Justiça e Cidadania - Acadejuc, muito bem comandada, muito bem organizada pelo delegado Rodrigo Schneider, através da qual formamos e capacitamos os agentes penitenciários e socioeducativos.

Com toda a equipe capacitada, valorizada, e motivada, para atender 17.200 reeducandos, que estão no regime aberto, semiaberto, provisório e fechado, desenvolvemos ações de capacitação profissional.

Através do Procap - Projeto de Capacitação Profissional - e a implementação de oficinas permanentes do Ministério da Justiça, temos hoje, com muito orgulho, 8.300 reeducandos trabalhando em mais de 200 empresas conveniadas com a secretaria de Justiça e Cidadania. A coroação desse trabalho, meus amigos, foi mostrada a toda a sociedade, não viu quem não quis, através da 1º

mostra laboral, realizada no CIC, no período entre 25 a 28 de março, deste ano.

A sociedade, todos nós, temos o dever de lutar para que o apenado saia do seu confinamento com vontade de viver no seio da sua família, com vontade de trabalhar, e não com vontade de cometer novos delitos.

Quem teve a oportunidade de ver, foi um momento histórico, de beleza com todos os trabalhos dos duzentos e tantos convênios que temos, todos feitos nas unidades prisionais.

Um dos grandes vieses de meu trabalho é a educação, através do Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - do ministério da Educação e ministério da Justiça, em parceria com Senai e Senac, pois temos 1.800 apenados estudando; mais de 600 em cursos de formação técnica e capacitação profissional; 1.039 apenados realizaram o Enem - Exame Nacional do Ensino Médio - e todos sabem que o Enem não é obrigatório, vai quem quer, e eles quiseram ir. Temos, com muito orgulho, 20 reeducandos fazendo curso superior.

Quanto aos números de vagas, trabalhamos imensamente para termos um sistema prisional sem déficit de vagas, mas em dois anos e 11 meses não se consegue milagre, mesmo assim, criamos 2.800 vagas, e está projetado e planejado para serem criadas mais cinco mil vagas nos próximos dois anos, com recursos já garantidos através do Pacto por Santa Catarina.

O resultado de todo este trabalho colocou Santa Catarina em destaque no cenário nacional, obtendo o primeiro lugar, com os melhores índices no tratamento com os reeducandos. Hoje, somos referência nacional, gostem ou não gostem, creiam ou não creiam. Somos referência nacional! Temos o estado com o maior número de reeducandos trabalhando.

Quero deixar registrado o meu agradecimento à equipe do Departamento de Administração Prisional - DEAP -, na pessoa do seu diretor Leandro Lima, que foram incansáveis durante todo esse período que estivemos juntos, sofrendo ou comemorando, nos

irritamos, também discutimos, mas sempre em favor da secretaria de Justiça e Cidadania.

Obrigada mesmo, obrigada de coração.

Temos na secretaria também o Departamento de Administração Sócioeducativo, não menos nervoso que o sistema prisional, pois estamos também tratando com pessoas, apenas com maior vulnerabilidade, pois são os menores em conflito com a lei. Eu sou mãe, sou avó, e esse departamento muito me tocou.

No Departamento Socioeducativo o mais marcante, que todas as pessoas lembram até hoje, é o famoso São Lucas, que teve um grande estigma de ser um centro de torturas de menores, passou por denúncias amplamente divulgadas na imprensa, e decisão judicial, graças a Deus, de fechamento. E não foi apenas fechado, pois eu e o governador Raimundo Colombo assumimos o compromisso, não apenas fechar, mas de demolir, para destruir, não apenas aquele espaço, mas também limpa de nossa memória o que aconteceu lá contra os menores.

As unidades socioeducativas têm que ter um ambiente saudável, adequado e que favoreça os adolescentes na construção de valores, o fortalecimento do vínculo familiar, bem como a possibilidade de repensar na sua conduta e apoiar o seu desenvolvimento para o retorno à sociedade, pois serão os homens de amanhã. Queremos acabar com os presídios, com as penitenciárias, mas para isso temos que investir no sistema socioeducativo, que deve garantir o direito daqueles meninos, daquelas meninas, das crianças e dos adolescentes, com uma lógica de educação e não de repressão.

Depois da demolição do São Lucas, que ocorreu em 6 de junho de 2011, passamos a construir o Case - Centro de Atendimento Socioeducativo - da Grande Florianópolis, em parceria com o governo estadual e federal, nos moldes das exigências do Sinase.

Qual seja, com ambulatórios médicos, odontológicos e psicológicos, áreas de estudo para escolarização e de cursos profissionalizantes, áreas de atividade físicas, centro ecumênico, espaços individuais, etc.

Hoje o Case da Grande Florianópolis está 95% concluído, com capacidade para noventa vagas. Não tive a oportunidade de inaugurar, mas está praticamente pronto para ser entregue à sociedade, foi um grande desafio.

Temos três centros socioeducativos em nove municípios do estado; nove casas de semiliberdade, cujo prazo de permanência é determinado pelo Judiciário.

Temos neste departamento também 13 centros socioeducativos, cujo prazo máximo de permanência é de 45 dias. O adolescente fica afastado do convívio familiar antes da sentença, por determinação judicial.

Quero externar aqui o meu agradecimento ao diretor Roberto Lajus e toda sua equipe, que com fervor, garra e zelo estão administrando este departamento com tantos problemas complexos.

Desde o início do meu discurso tenho dito que desenvolvi um trabalho voltado para dar dignidade ao ser humano, e neste último departamento da secretaria de Justiça e Cidadania, não é diferente, que é o departamento de defesa do consumidor, que atendeu nestes três anos, 65 mil consumidores, que tiveram seus direitos desrespeitados, buscando no Procon/SC resolver suas questões, sem ter que arcar custas com advogados para resolver as lides.

Foram instalados 84 Procons municipais, interligando 64 deles ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Dando ao estado o primeiro lugar por ter o maior número de Procons interligados ao ministério da Justiça, através do Sindec."

Teria milhões de coisas ainda para mostrar a toda sociedade e aos nobres colegas, mas quero agradecer a dra. Elizabete Fernandes e a toda sua equipe do Procon. É um departamento pequeno, mas não menos importante.

Não poderia deixar de agradecer meus colaboradores da secretaria de Justiça e Cidadania, aos meus assessores, aos meus diretores e a todos que trabalharam comigo direta e indiretamente.

Gostaria de agradecer do fundo do coração ao governador Raimundo Colombo, ao vice-governador Eduardo Pinho Moreira e a todos os secretários que fazem parte desse governo, porque marcharam junto comigo e com todos os departamentos nesta luta na formação da secretaria de Justiça.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o sr. deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, meu caro deputado Pedro Baldissera, quero cumprimentá-lo mais uma vez por estar exercendo interinamente a Presidência desta Casa, o que muito nos honra, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha no recinto da Assembleia Legislativa, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Ontem dia 07 de abril, foi o Dia Mundial da Saúde, a nossa comissão de Saúde, juntamente com a Câmara de Vereadores de Araranguá, realizou uma audiência pública memorável sobre o Hospital Regional de Araranguá no extremo sul de Santa Catarina.

Solicito à nossa assessoria de mídia que proceda à exibição das imagens.

Foi uma audiência pública memorável, como disse, ocasião em que mais de mil pessoas participaram, lotando o Centro Cultural de Araranguá, sendo que centenas de pessoas ficaram do lado de fora por não conseguirem adentrar ao recinto. Foi uma audiência para debater sobre o Hospital Regional de Araranguá, que está sob a gestão da organização social SPDM, a mesma que administra também o Samu e que está administrando, recentemente, o Hospital Florianópolis.

A participação da comunidade foi massiva e as imagens podem retratar isso e quero parabenizar, mais uma vez, a comunidade de Araranguá e dos municípios da região que compareceram massivamente

lotando o auditório. Mas lamento a ausência do governador. É óbvio, é natural, dificilmente o governador participa de uma audiência pública desta natureza. Mas seria muito bom que ele estivesse lá para ouvir aquilo que o povo falou naquela audiência pública. Eu lamento por isso.

Em vários momentos eu pensava: o governador deveria estar lá presente para ouvir a verdade, a realidade sobre a saúde em nosso estado em relação aos hospitais entregues para as organizações sociais.

Eu lamento também, e aí não há desculpas, a ausência da secretária estadual de Saúde, que já participou comigo de outra audiência pública, no ano passado, na Câmara de Vereadores, para debater sobre o mesmo tema, onde assumiu vários compromissos que ainda não foram cumpridos. A secretária mandou uma representante que, inclusive, coordena as organizações sociais. Infelizmente, fiquei até com certa piedade porque ela não tinha nenhuma condição de estar presente representando a secretaria da Saúde num embate dessa natureza, como lá estava sendo colocado.

Um povo dócil, ordeiro, educado, civilizado, mas ao mesmo tempo lá estava um povo enfurecido em relação a essa situação do Hospital Regional que se prolonga indefinidamente e que não tem uma solução! Desde a sua fundação até agora são muitos anos! Dois anos atrás a nossa comissão já esteve lá participando de uma audiência quando a universidade não tinha mais interesse em prosseguir na gestão, até pelos poucos recursos que recebia, e a comunidade regional solicitava à secretaria estadual que assumisse a gestão do hospital, mas se não quisesse assumir que entregasse, então, para uma organização da própria comunidade, que conhece a realidade.

No entanto, mais uma vez, teimosamente, de forma inflexível, o governo do estado entregou para uma organização social chamada Sasc e pouco tempo depois foi um caos de corrupção, de desmandos e teve que ser eliminada e na sucessão entregou para a SPDM desde maio do ano passado. Mas esse povo estava exercendo lá um dos mais

importantes direitos do SUS, o controle social. Quando um povo se reúne, como se reuniu, ontem, nessa audiência pública, para debater sobre o seu hospital, está exercendo plenamente o controle social.

Por isso quero dizer ao governador, ao governo do estado e à secretaria estadual da Saúde que não podem continuar surdos, mudos, insensíveis aos clamores reiterados da comunidade de Araranguá e região.

É teimosia do governo continuar entregando hospitais e serviços para as organizações sociais. Muitas vezes alheias à realidade, não conhecem nada e ninguém daquela localidade, são de fora, de matriz em outros estados. Na verdade, usam apenas a saúde como uma forma de mercadoria de lucro fácil, de caráter benemérito.

Mas as leis que regem o SUS são claras. O SUS é de gestão pública e o sistema privado é apenas complementar, quando cabe.

Esse assunto em Santa Catarina já está sob uma ação cível do Ministério Público no Tribunal de Justiça e o mérito da constitucionalidade ainda tramita no Supremo Tribunal Federal.

Essa audiência de Araranguá é a terceira que a nossa comissão de Saúde realizou lá, e já realizou outras tantas aqui na Assembleia e na secretaria de Saúde.

O que o povo pede com toda a razão? São três questões principais: transparência na gestão do hospital, participação da comunidade na gestão do hospital e mais atendimento com qualidade e quantidade no hospital. Por que transparência? Atualmente, o governo do estado repassa R\$ 3,4 milhões por mês, que é muito dinheiro. No passado, reclamava-se porque não tinha dinheiro. Agora tem, e é muito dinheiro. E o que é feito com esse dinheiro? Por que esse povo continua insatisfeito?

Por outro lado, a participação da comunidade. Existe na lei das organizações sociais um conselho chamado Conselho de Avaliação e Fiscalização, sendo que esse conselho tem que incluir a participação da comunidade. As regras do SUS são claras e estão nas leis do SUS. A participação dos

usuários do SUS é de 50% em qualquer conselho municipal, estadual, nacional, nas conferências, através de associações de sindicatos, de entidades, de organizações não governamentais.

No entanto, o CAF, esse conselho da gestão do Hospital de Araranguá, e, com certeza, nas outras entidades, é totalmente parcial para o lado apenas do governo e da própria organização social que lá estava.

Portanto, tem que abrir essa roda e incluir a comunidade que reivindica com absoluto direito essa participação.

Terceiro ponto: mais atendimento. Ora, recentemente, o governo acrescenta mais R\$ 900 mil, R\$ 1 milhão, num contrato que já tinha R\$ 2,4 milhões. E o que vai ser feito? No que vai ampliar o atendimento nos ambulatórios, nas especialidades, nas internações, nas cirurgias e assim por diante?

Portanto, o contrato de gestão e o seu plano operativo, que é obrigatório por lei, e mais o aditivo, devem se traduzir em melhorias no atendimento. É isso que a população reivindica.

Então, o objetivo dessa audiência pública foi plenamente positivo por essa participação massiva da comunidade. E tivemos cinco decisões importantes lá.

A primeira delas foi uma auditoria externa independente para verificar o controle operacional desse hospital e a sua produção. Não adianta apenas uma sindicância parcial da secretaria da Saúde.

A segunda decisão foi: o Conselho de Avaliação e Fiscalização tem que garantir a participação de, no mínimo, 50% de usuários do SUS, da comunidade. É o controle social justo e legítimo que a comunidade reivindica.

A terceira decisão: o contrato de gestão entre a secretaria, a organização social e o seu plano operativo, bem como o aditivo também recente, tem que, através do Conselho de Intergestores Regionais, formado pelos secretários municipais de Saúde da região, rever e adequar, perante a PPI - Programação Pactuada Integrada -, a atenção na

média complexidade, nas especialidades do hospital.

A quarta decisão é sobre a CPI. A proposta apresentada pela Câmara de Vereadores de Araranguá nesta Casa - e a proposta é para averiguar o contrato de gestão, o plano operativo e os aditivos da secretaria com a SPDM - fica sobrestada até segunda ordem, aguardando as providências a serem tomadas pelo governo do estado. Do contrário, essa CPI é indispensável e inadiável.

Última decisão: os apelos reiterados ao governo do estado para pôr fim a essa gestão de organização social.

Especialmente aqui em Araranguá temos a SPDM, que também está no Samu e no Hospital Florianópolis. Já estamos recebendo muitas denúncias do Samu e também do recém-inaugurado Hospital Florianópolis. Precisamos acabar com a presença da SPDM, começando por Araranguá.

Agora, o governo está com a palavra. Esperamos que não permaneça surdo e nem mudo perante esse clamor popular de Araranguá e região.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda, dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, em primeiro lugar gostaria de desejar às boas-vindas ao grande secretário e amigo, deputado Valdir Cobalchini, que retorna a esta Casa e com certeza fará uma grande reeleição, se for estadual. Se for federal, aí é outra questão. Mas de qualquer forma desejamos sucesso.

Quero saudar aqui, deputado Padre Pedro Baldissera, a prefeita Paulinha, do município de Bombinhas, que foi eleita a segunda melhor praia

do Brasil. Com certeza, ela estando na prefeitura, será eleita a primeira melhor praia do Brasil, no município de Bombinhas.

Também gostaria de saudar o vice-prefeito Paulinho, de Bombinhas, o Claudir Maciel, nosso secretário da SDR de Itajaí, e o Adelmo Alberti, que é o ex-prefeito do município de Bela Vista do Toldo.

Sejam bem-vindos ao Parlamento Catarinense. Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência, da mesma forma, agradece a presença e deseja uma boa estada no Parlamento à prefeita, ao vice-prefeito, ao secretário e ao ex-prefeito.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Gostaria de registrar a presença, nesta Casa, das representantes das Policiais Civis Catarinenses, que estão organizando o 20º Encontro Estadual das Mulheres Policiais do Estado de Santa Catarina e também o primeiro encontro nacional.

Então, na pessoa da Fátima, da Terezinha e da Iara, juntamente com o Delegado Regional de Laguna, estão na Casa trazendo um projeto. Certamente este evento, que é também um treinamento, contará com o apoio do governo do estado. Gostaria de parabenizá-las pelo trabalho que estão fazendo e registrar as suas presenças na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Deputado Maurício Eskudlark, feito o registro, e dando continuidade ao horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSOL.

Com a palavra, o sr. deputado Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Cumprimento a v.exa. e aos demais pares desta Casa, aqueles que nos acompanham nesta sessão aqui, pela TVAL ou pela Rádio Alesc Digital.

Gostaria de reiterar o pedido de v.exa., deputado Padre Pedro Baldissera, para que nós tenhamos a possibilidade de votar o PLC n. 0005/2014, que trata do comportamento dos militares estaduais para a promoção. O critério de promoção é o bom comportamento, mas nós precisamos dos 21 deputados presentes na tarde de hoje, dos 21 votos. Quero reiterar este pedido para que consigamos, de fato, transformar em lei este projeto ainda na tarde de hoje.

Gostaria de ressaltar, mais uma vez, a luta do sindicato dos servidores da Udesc, aqui presente, como já ressaltamos anteriormente, e também do Sinte - o Sindicato dos Trabalhadores em Educação -, aqui do estado, que estão requerendo, reivindicando o piso pela base e lutando contra o achatamento da carreira dos servidores estaduais.

Mas também gostaria de fazer referência nestes minutos que nos restam, à prefeita Paulinha, do PDT, da cidade de Bombinhas, e ao vice-prefeito, aqui presentes. Sejam bem-vindos a este Poder Legislativo.

Faço também referência à audiência pública em Araranguá, ocorrida na noite de ontem, para discutir a situação do Hospital Regional daquele município. Ao deputado Volnei Morastoni, presidente da comissão de Saúde da Assembleia, trago a minha justificativa por não ter comparecido, ausência que lamentei, pois seria muito importante estar naquela audiência pública. Já sabia disso anteriormente, mas por problemas familiares não consegui o deslocamento à cidade de Araranguá.

Porque temos feito aqui o debate da inviabilidade, da improcedência, do erro grave do governo do estado ou de qualquer governo quando se toma a postura de transferir para terceiros privados uma responsabilidade que é do poder público.

Temos feito este debate há três anos e pouco nesta Assembleia, apenas no atual mandato do

governo, porque se elegeu com a intenção de privatizar os 11 hospitais, esse era o discurso. Felizmente a luta de resistência tem conseguido evitar que seja feito o mesmo nos demais, mas infelizmente, não conseguimos evitar no Serviço Móvel de Urgência - Samu -, no Hospital de Araranguá que tem problema e uma história já diferente que vem de longa data, e nem no Hospital Florianópolis que ficou fechado durante cinco anos.

O Hospital Florianópolis aqui nesta capital ficou fechado cinco anos para reforma, e não deu tempo do governo providenciar servidores públicos para que ele abrisse com o caráter que precisava e entregou também para uma organização social, e o nome organização social é bonito, mas na verdade, na prática, não tem absolutamente nada de social, é apenas uma empresa que assim gosta de ser denominada. É curioso, deputado Volnei Morastoni, como a SPDM - Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina -, tem capacidade de ganhar esses concursos.

Ganhou no Samu, no Hospital de Araranguá, e com problema toda hora estourando, e a comunidade de Araranguá, os vereadores todos respondendo um clamor da sociedade de Araranguá e da região do vale do rio Araranguá, e o clamor do povo inteiro dizendo "não", e o governo, como v.exa. muito bem disse, surdo, pois a SPDM ganhou também o Hospital Florianópolis que também vai na mesma direção.

Esses contratos com grupos privados chamem-se ou não de empresas, e a SPDM gosta de ser chamada de empresa, é um erro, um atentado à Constituição Federal a nosso ver. Está terceirizando não é a função fim apenas, está terceirizando a instituição, o estabelecimento inteiro em prejuízo da sociedade. É uma falcatrua as metas a serem cumpridas por essas organizações sociais.

A falcatrua, deputado Volnei Morastoni, começa na hora em que se estabelecem as metas, muito aquém do que aquele estabelecimento pode fazer e depois vêm os aditivos porque precisa fazer mais, mas esse mais é menos do que se fazia quando era gerido pelo poder público.

A manobra é a definição das metas: "Ah, porque se não cumprir a meta. Vamos cumprir a meta". A meta mensal que se dá para essas organizações sociais, em especial para esta SPDM na Grande Florianópolis, no Hospital Florianópolis, é inferior aquilo que o hospital fazia há cinco anos, em uma semana. Aí, claro, tem mais demanda, faz mais do que aquilo que era meta, porque dá para fazer, já fazia antes com uma estrutura menor e menos nova, aí têm aditivos ou se já cumpriu a meta, cumpriu a meta. Se já cumpriu a meta não tem outra obrigação com o estado, a não ser aquela meta já cumprida.

Então, precisamos estudar isso melhor. Quero parabenizar v. exa. e a luta do povo de Araranguá contra a SPDM administrando dinheiro público pelo péssimo serviço que faz à população.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, na sequência da nossa fala anterior, quero focar agora no que diz respeito ao nosso Mercosul.

Vejo com muita preocupação a falta de ação e ao mesmo tempo a falta de união entre os líderes dos nossos países, principalmente do Brasil e da Argentina. O bloco do Mercosul deve se consolidar, e já perdemos muito tempo, muitos espaços e competitividade para as comunidades que já se organizaram, como a comunidade europeia, como a comunidade do Nafta, que é composta pelos Estados Unidos, Canadá, México e Chile, que participa informalmente, que é um país exemplar aqui da América do Sul, e também os países do continente Asiático, que se organizaram e estão competindo no mundo todo.

Enquanto que encontramos dificuldades, o que constatamos, mais uma vez, nesta viagem, inclusive para transitar nas nossas alfândegas, nas aduaneiras, nas próprias organizações que controlam a imigração e a migração, com uma burocracia muito prejudicial a esse relacionamento entre os países da América do Sul. Sempre se falou numa alternativa para a América Latina ser forte e competitiva, tanto no aspecto econômico e social das relações de negócios, seria concretizar o bloco do Mercosul.

Isso é verdade, mas infelizmente, tivemos um avanço quando foi iniciado e acabamos perdendo no espaço aquele período de avanço por conta de decisões isoladas dos líderes dos países, em que cada um fazia a sua política de exportação, de importação, de tributos, de barreiras, limitando o que podia vender ou não, o que se tributava mais para vender, que terminou em prejuízo para os países do Mercosul.

Nós estamos numa fase em que toda a América do Sul, com exceção do Chile e da Colômbia, e o Brasil que é na verdade um grande líder, mas diminuiu a sua capacidade de crescimento, prova disso é o nosso PIB que vem despencando. Então, se temos essa dificuldade em conjunto, imagine isoladamente.

Esse instrumento, que é o Mercosul, tem que ter um pouco mais de decisão, de vontade política de fazer com que as decisões tomadas pelos líderes dos países sejam de comum acordo, mas não nesse confronto de barreiras, pois as barreiras comerciais, as taxações de tributos em determinados produtos não têm como perdurar, porque na medida em que faço uma proteção exagerada, não que outros países não façam, isso não é diferente nos Estados Unidos nem na comunidade Europeia, mas a proteção excessiva faz com que a nossa indústria não se torne altamente competitiva, e por isso não tem durabilidade.

É necessário se colocar que o custo Brasil é um dos desafios a serem superados. E não podemos imputar isso somente ao Congresso Nacional, porque o conjunto do governo não tem o interesse de fazer

essa reforma - e neste ano ela não ocorrerá - para a redução de tributos, de impostos e a aplicação de investimentos na infraestrutura brasileira, reduzindo o Custo Brasil.

A realização dessa reforma no campo econômico permitiria que liderássemos o processo do Mercosul, dando o exemplo de que é possível fazer. E temos esse dever e obrigação por sermos um país territorialmente e incomparavelmente maior que os demais, por termos uma capacidade produtiva em todos os setores, tanto na indústria como na pecuária, na agricultura. Esse é o grande legado que temos não apenas para com o Brasil, mas para com os outros países. Que país tem tanta riqueza natural e grandes áreas para a produção de alimentos como o Brasil?

Hoje aqui ouvi atentamente o deputado Moacir Sopelsa fazer referência ao estado de Santa Catarina como o quinto maior produtor de alimentos, exportando alimentos para o mundo. Por que não fortalecer a economia nacional baseada nas riquezas do país? Não podemos esquecer que o Brasil tem que ser o líder do Mercosul, para daí sim, poder competir em igualdade com as outras comunidades já organizadas no campo econômico e político, unidas em blocos, que estão competindo no mundo.

Portanto, espero que possamos avançar o mais breve possível no Mercosul.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por doze minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, servidores da Udesc, da Fundação Especial. Sejam bem-vindos!

Quero iniciar minha exposição falando do secretário Valdir Cobalchini e do deputado federal João Rodrigues. E faço essa menção para afirmar com convicção que o deputado estadual Valdir

Cobalchini fez um grande trabalho como secretário da Infraestrutura do estado de Santa Catarina. Liderados pelo governador Raimundo Colombo, souberam articular o trabalho com as prefeituras, com as secretarias e com recursos do governo federal. Precisamos ser justos porque a presidente Dilma Rousseff tem sido generosa e atenciosa com Santa Catarina. E o resultado é esse que temos visto. Santa Catarina se transformou num canteiro de obras.

São obras esperadas há décadas que começam a acontecer, que hoje são uma realidade. Prova disso é a satisfação da população catarinense, demonstrada na pesquisa do Ibope neste final de semana, amplamente divulgada no estado, que é um estado feliz, com IDH elevadíssimo, bom para se viver e satisfeito com a gestão empreendedora, corajosa, honesta e transparente do governador Raimundo Colombo.

O deputado Valdir Cobalchini, assim como tantos outros secretários, foi um grande secretário e honrou esta Casa, porque o emprestamos para o governo, para que pudesse dirigir a Infraestrutura durante três anos.

Parabéns! Seja bem-vindo! E, com certeza, agora v.exa. se junta às causas do Poder Legislativo em apoio à população catarinense, ao governo Raimundo Colombo.

E ao deputado João Rodrigues, nosso amigo, quero dizer que a secretaria de Agricultura sempre foi uma secretaria muito tímida e quando o João Rodrigues, deputado federal, aceitou assumi-la algumas pessoas, deputados, disseram: "Mas um deputado federal deixar o Congresso Nacional para ser secretário da Agricultura?" Mas o João Rodrigues com o orçamento apertado atendeu os agricultores, deputado Moacir Sopelsa, v.exa. que é líder dessa área no Parlamento, sabe que ele trabalhou com os agricultores, interagiu com as cooperativas, com as colônias de pescadores, com o pescador artesanal, com o pescador profissional, e fez uma grande gestão e consolidou-se como um grande secretário da Agricultura da história de Santa Catarina. João Rodrigues, deputado federal,

tem experiência no Executivo, no Legislativo e fez uma gestão excepcional.

Parabéns, deputado João Rodrigues! Parabéns, deputado Valdir Cobalchini!

Sr. presidente, não poderia deixar de fazer menção aos 30 anos de atuação do CIEE, que é uma instituição não governamental da qual faço parte há muitos anos, desde quando fui delegado do ministério do Trabalho do estado. O CIEE é uma instituição educacional que proporciona estágios acompanhados nas empresas do estado. Milhares de jovens tiveram a oportunidade de fazer estágios acompanhados nas empresas catarinenses sob a coordenação do nosso CIEE, que é um orgulho para Santa Catarina e para o Brasil.

E outra observação, sr. presidente, que quero fazer diz respeito a uma atitude do governo federal, que foi catastrófica para os bananicultores do estado.

Nós temos bananicultores no sul e no norte do estado. Temos municípios, a exemplo de Corupá, que se parou com a produção da banana, fecha as suas portas. Com a decisão da importação da banana do Equador vamos trazer doenças para os bananais catarinenses e vamos ter problemas com o preço do produto catarinense. Essa foi uma decisão errada com argumento de que precisava promover o equilíbrio da balança comercial. Ora! Promover equilíbrio da balança comercial em cima de um produto? Da banana? Isso é um absurdo! Não concordo! Faço uma crítica construtiva ao governo federal que abriu a importação da banana do Equador para o Brasil. Isso foi um tiro mortal para a Associação dos Produtores de Banana do estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Sr. presidente, pela ordem.

O PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, vou abrir mão de dividir o restante do

tempo do meu partido com o deputado Maurício Eskudlark, apenas quero destacar a satisfação de ter de volta o deputado Valdir Cobalchini nesta Casa. Gostaria de parabenizá-lo pelo seu trabalho na secretaria da Infraestrutura e, principalmente, pelo dia de amanhã, quarta-feira, com a abertura do edital da SC-108, via-expressa, que vai ser muito importante para o vale do Itajaí.

E quero registrar, ainda, deputado Maurício Eskudlark, e v.exa. que é um deputado por toda Santa Catarina concordará comigo, a belíssima 22ª Festa da Cebola, em Ituporanga. Quero parabenizar o prefeito Arno Zimmermann Filho pela festa que reuniu mais de 100 mil pessoas, talvez a segunda ou terceira maior festa do estado de Santa Catarina. Um grande evento que teve mais de 200 agricultores com seus tratores desfilando no parque de exposições do referido município. Portanto, nossos parabéns ao município que tanto orgulha todos os catarinenses e que se localiza no alto vale do Itajaí.

O PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pelo tempo restante do PSD, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

O deputado Darci de Matos falou aqui sobre a aprovação do governo Raimundo Colombo e sobre as questões que a população coloca como prioridade, como falei na parte da manhã, que são: a saúde, a educação, o abastecimento de água, as estradas e a segurança.

Registro aqui o convite que recebemos, no dia de hoje, das policiais mulheres do estado de Santa Catarina, policiais civis, para o XXV Encontro das Mulheres Policiais, que já é tradicional. O evento será realizado de 12 a 14 de setembro no município de Laguna. É uma confraternização, mas tem trabalho, cursos, palestras e debates da atividade das policiais femininas.

O referido evento iniciou ainda em 1990 no município de Criciúma com o I Encontro das Mulheres Policiais do sul do estado e, daquele ano para cá, 24 outros encontros foram realizados.

Agora, no município de Laguna realizar-se-á o XXV Encontro da Mulher Policial Civil Catarinense e o I Encontro Nacional da Mulher Policial Civil. Neste momento, em que a Segurança Pública é uma prioridade, precisamos fortalecer a realização deste evento.

Então, quero parabenizar a equipe que esteve divulgando o encontro realizado em Chapecó, Lages, Florianópolis, Rio do Sul, Blumenau, Joinville, Araranguá, Tubarão, São Miguel d'Oeste, Concórdia, São Bento do Sul, Brusque, Joaçaba, Balneário Camboriú, Mafra. Assim, o governo do estado recebeu um projeto para dar seu apoio a esse evento e, com certeza, vai participar porque hoje a mulher participa da Segurança Pública com grande sucesso, desde o ingresso das mulheres primeiramente, na Polícia Civil, depois, na Polícia Militar, os resultados tem sido importantes.

Hoje, temos um grande número de delegadas, escritãs, agentes policiais e, como já disse, com grandes resultados em atuações que realmente orgulham a atividade policial do estado, bem como a Polícia Militar. Inclusive, no último concurso da Polícia Militar tivemos um número muito grande de mulheres aprovadas no concurso. Então, é o fortalecimento da participação da mulher nesse setor, que é a Segurança Pública do estado.

Quero parabenizar a Fátima, a Terezinha, a Iara e o delegado regional, Manoel, que aqui esteve e todas as mulheres da região de Laguna, que serão as organizadoras do evento deste ano e todas as policiais civis do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) -

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, quero inicialmente

apresentar à Mesa Diretora da Casa um requerimento para o envio de mensagem de pesar aos familiares do dr. Paulo Antônio, advogado, que foi assessor de vários prefeitos em tempos diferentes, no município de Siderópolis. Ele desempenhou uma atividade brilhante, exemplar e, atualmente, era assessor jurídico da prefeitura de São José do Cerrito.

Na quarta-feira passada foi mais uma vítima ilustre na BR-282, no trecho entre as cidades de Lages e São José do Cerrito.

Peço o envie dessa mensagem, sr. presidente, a um dos seus filhos e a um dos seus irmãos, manifestando o nosso pesar, as nossas condolências a todos eles.

Em segundo lugar, sr. presidente, quero cumprimentar o superintendente, Paulo Mendes Castro, o gerente de engenharia, Fernando Augusto Infante Araújo, e o gerente de tráfego, Ademir Custódio da Silva, da Autopista Litoral Sul, pelo brilhante trabalho que vêm prestando à comunidade e a todos os que transitam na BR-101, pela qualidade da pista de rolamento que, com um pedágio relativamente pequeno e bem aceito por toda a população, tem proporcionado uma grande qualidade à pista de rolamento e demais serviços que estão alocados, como passarelas, proteções da pista, pistas paralelas, as chamadas marginais.

Enfim, é um trabalho incessante da Autopista Litoral Sul.

E vejo que tem agradado muito, tanto àqueles que usam a rodovia quanto aos habitantes das cidades por onde passa a rodovia, como Tijucas, Itapema, Porto Belo, Camboriú, Balneário Camboriú, Itajaí. Enfim, por todo o trajeto da rodovia. Eles têm implantado as marginais dando uma segurança muito maior para os habitantes das cidades e naturalmente, para todos aqueles que passam pela BR-101, que estão em viagem, e que por isso, têm outro tipo de comportamento com relação ao trânsito local.

Então, em nome desses representantes, em nome do dr. Paulo Mendes Castro, quero cumprimentar a toda direção da Autopista Litoral Sul pelo

extraordinário trabalho que tem feito. Tenham certeza de que o exemplo de pedágio que foi implantado há mais de dois anos, diga-se de passagem, no governo Fernando Henrique Cardoso, cuja arrecadação visa manter a pista de rolamento e inúmeros serviços complementares, como as marginais e a um anel viário, como o daqui da Grande Florianópolis, será de grande valia, sem dúvida nenhuma.

Cumprimento também a comunidade de São Roque, em Itajaí, um bairro muito grande, que apresentou várias reivindicações. Estivemos no escritório da Autopista Litoral Sul, em Joinville, onde a população do referido bairro foi muito bem recebida e teve as suas sugestões acatadas, inclusive, várias delas estão sendo implantadas, como por exemplo, duas lombadas, que foram colocadas na marginal da avenida para dar segurança maior aos moradores do bairro.

Por isso, meus parabéns à comunidade de São Roque, pelo seu comportamento, pela sua educação, pela forma como apresentaram as suas reivindicações e também à Autopista Litoral Sul pela habilidade em atender as sugestões da comunidade proporcionando mais segurança aos habitantes do bairro São Roque.

Sr. presidente, quero também fazer uma saudação aos deputados que retornaram hoje a este Parlamento. Vejo a deputada Ada De Luca, que fez um trabalho muito grande, inovador, extraordinário, pode-se dizer, na área da infância e da adolescência, em prol da recuperação das nossas crianças, através da implantação dos Case - Centro de Atendimento Socioeducativo -, em Criciúma, em Chapecó, em São José, em Joinville, enfim, em várias cidades dando modernização para essas casas de recuperação, que tenho certeza, será um instrumento importante para melhorar o serviço de recuperação desses jovens.

Quero cumprimentar também o deputado Valdir Cobalchini, que volta para esta Casa, pelo extraordinário trabalho que fez à frente da secretaria da Infraestrutura. Sei que v.exa. conseguiu concluir um sonho de vários

governadores, principalmente do governador Luiz Henrique da Silveira, e agora, do governador Raimundo Colombo, de que todas as cidades do nosso estado tivessem acesso asfaltado. Mas muito mais do que isso, com toda essa quantidade de asfaltos novos, recuperação de rodovias, uma imensidão de projetos técnicos que estão prontos para serem executados em breve, e seguramente, com esses recursos que Santa Catarina, que o nosso governador, Raimundo Colombo, conseguiu pela sua capacidade de planejamento, também contando deputado Valdir Cobalchini, com a sua dedicação, trabalho e empenho em planejar e apresentar os projetos dessas rodovias, o nosso estado será muito diferente. Por isso, nossos parabéns a v.exa. e seja bem-vindo de volta a este Parlamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos à Ordem do Dia.

Gostaria de fazer novamente um apelo aos srs. parlamentares e sras. Deputadas. Temos hoje a votação de um PLC e precisamos de pelo menos 21 votos. Eu gostaria de consultar os líderes e vamos fazer a votação desse projeto logo no início da Ordem do Dia, será o primeiro projeto a ser votado, haja vista, que temos quórum para deliberar a matéria.

Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar 0005/2014, de origem governamental, que altera as Leis n.s. 6.153, de 1982, e 6.218, de 1983, e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação e Trabalho, Administração e Serviço Público.

Trata da matéria do comportamento conceituado como ótimo, que foi altamente discutida no ano passado e que volta para a consideração deste Parlamento.

Srs. deputados, precisamos de 21 votos.

Em discussão.

O Sr. deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero, de forma sucinta, repetir o conteúdo histórico desse projeto.

Temos uma luta histórica para mudar esse critério para o comportamento por antiguidade. Todas as promoções de praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros acontecem no critério de bom comportamento. Mas aqueles por tempo de serviço, ou seja, por antiguidade, pelo calo no garrão, de ficar em pé trabalhando, prestando serviço à sociedade, curiosamente, exigia o ótimo comportamento, aliás, exige até hoje.

Ano passado fizemos uma emenda, que foi aprovada por unanimidade, mas por um erro técnico aqui mesmo desta Casa a emenda não foi junto, não aconteceu no momento da sanção. E aí começou um trabalho das lideranças dos praças do estado inteiro, da Aprasc, articulando com dirigentes do governo, com secretários do estado. Portanto, quero parabenizar a Aprasc e todos que trabalharam neste sentido. Quero agradecer também as autoridades do governo, os parlamentares da base governista que sempre se mostraram defensores desta causa. E diziam isso já desde o primeiro dia deste ano legislativo de 2014: "Soares e demais praças, nós vamos resolver esse assunto."

De fato o palácio encaminhou na forma de PLC aquela alteração. E agradecemos as autoridades do governo e ao governador Raimundo Colombo, pessoalmente, porque está se fazendo justiça. Aprovada a matéria, a partir de hoje, todos os praças serão ou poderão ser promovidos tendo como critério de comportamento militar, o bom comportamento. É uma medida, portanto, de justiça, que aplaudo até emocionado, o apoio e o respaldo de todos os parlamentares a este PLC, a esta tarefa.

Parabéns aos praças e muito obrigado a todos que estão apoiando fazer essa mudança que quebra um tabu e garante mais um pouco de justiça para os

militares estaduais, para os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. que é um eterno batalhador, com certeza faz justiça.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Primeiramente, sr. presidente, quero saudar a Aprasc, que está mobilizada pela aprovação desta lei, já estava durante o ano passado, que garante a mudança, como explicou o deputado Sargento Amauri Soares, do conceito de bom para ótimo na promoção da categoria. Aos que estão aqui presentes e aos familiares que acompanham a votação desta lei, quero dizer que ano passado depois de discutir muito com o comandante, com os secretários, na construção dessa normativa, no final do ano passado, votamos inúmeros projetos nesta Casa, e dentre eles também estava esse da mudança do conceito de bom para ótimo, mas houve um erro no envio para o governador do estado, até acho engraçado esse erro, mas desde o ano passado esta Casa fez o que devia, aprovando esta lei.

Então, nada mais justo do que hoje, e falo aqui, encaminhando o voto pelo nosso líder, deputado Neodi Saretta, que a bancada do Partido dos Trabalhadores, já ano passado votou a favor e esse ano também irá votar a favor, porque é uma justa reivindicação desta categoria que tem a missão de fazer a segurança no nosso estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Na verdade, deputada Ana Paula Lima, a grandeza de uma mulher e de um homem está

exatamente no reconhecimento de suas limitações, e v.exa. tem frisado muito bem isso.

O Sr. Deputado Maurício Eskidlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, em nome também da bancada do PSD, quero parabenizar o presidente da Aprasc, Elisandro Lotin, pelo trabalho que tem feito à frente da empresa, com determinação, com ponderação, com equilíbrio, com as conquistas que foram feitas, com essa quase correção da lei que já era para ter sido aprovada no ano passado.

Então, quero parabenizar todos os policiais militares do estado. E é bom que seja registrado que quase 99% dos policiais estão enquadrados no comportamento ótimo, mas são centenas de itens de pequenos deslizes que podem ser cometidos na atividade e que podem tirar esse comportamento do ótimo para o bom.

Assim sendo, nada mais justo a esses policiais que enfrentam o risco do dia a dia em defesa da sociedade catarinense que nós e a Assembleia Legislativa façamos esse reconhecimento.

Nossa homenagem a todos os policiais militares do estado, ao Elisandro Lotin, presidente da Aprasc, e à bancada por estarem junto nessa caminhada.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação do deputado Maurício Eskudlark, gostaria de consultar nossos líderes quanto à possibilidade de abrimos o painel enquanto fazemos as manifestações.

(Os senhores líderes aquiescem.)

Então, peço à assessoria que faça a abertura do painel, enquanto isso os parlamentares podem dar o seu voto.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, neste momento, muitas mãos construíram esse projeto de lei.

Inicialmente, quero cumprimentar a Aprasc pela mobilização, através do seu presidente e todos os filiados; quero cumprimentar o nosso colega deputado Sargento Amauri Soares pela forma incansável que lutou para que juntamente conosco ocorresse efetivamente a mudança do conceito de ótimo para bom. Foi um trabalho de ouvido do nosso eminente deputado Sargento Amauri Soares.

Quero aqui também frisar, de uma forma categórica, que houve, num determinado momento, um pedido da bancada do PT para uma audiência junto ao comando-geral da Polícia Militar, onde eu intermediei e participei desse encontro levando uma reivindicação da categoria dos policiais militares de Santa Catarina no que tange à sua aposentadoria.

Aos 57 anos eles estavam automaticamente fora da corporação, e por um pedido da bancada do PT e com o aval do comando-geral, do coronel Nazareno Marcineiro, e com a determinação do sr. governador Raimundo Colombo, fizemos essa alteração legal e hoje estamos aqui atendendo a categoria dos policiais militares, tanto na questão conceitual de ótimo para bom, que entendo, é uma forma justa de ratificar esse erro que houve na redação da lei, quando encaminhada para o sr. governador, quanto na questão dos 57 anos para os 60 anos.

Então, é uma construção de muitas mãos, mas aqui não posso deixar de registrar a determinação do governador Raimundo Colombo para que a Polícia Militar fosse atendida no pleito da aposentadoria dos 57 anos para os 60 anos. E com relação ao conceito, foi uma decisão aqui dos parlamentares, dos deputados ao pleito, do nosso colega deputado Sargento Amauri Soares, e que hoje estamos ratificando essa lei, até para se deixar claro

quem efetivamente construiu esse processo todo e quem teve o poder de dizer sim ou não.

Então, ao nosso governador Raimundo Colombo os nossos agradecimentos e os méritos ao nosso deputado Sargento Amauri Soares no que tange à questão conceitual. E a determinação do governo é pelo voto "sim", voto um.

Obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, primeiramente, quero registrar, com muita satisfação, a presença da dra. Gabriela Alais Knaesel, coincidentemente minha filha, que está aqui acompanhando a nossa sessão.

Mas, em nome da bancada do PSDB, com a autorização do meu líder, deputado Dóia Guglielmi, quero dizer que ao longo dessa discussão a nossa bancada sempre esteve unida no sentido de apoiar essa iniciativa que vem trazer um pouco mais de tranquilidade e justiça principalmente aos nossos praças no momento da sua aposentadoria.

Demos celeridade ao processo no âmbito da comissão de Finanças, assim solicitado e acompanhado pela Aprasc, mas, especialmente, liderado pelo deputado Sargento Amauri Soares e também pelo nosso líder do governo, deputado Aldo Schneider, que nos solicitou, e o deputado Renato Hinnig, que foi o relator no âmbito da comissão.

A bancada do PSDB, composta pelos deputados Dóia Guglielmi, Serafim Venzon, Dado Cherem, Gilmar Knaesel, Marcos Vieira e Nilson Gonçalves, votará "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SANDRO SILVA	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Está encerrada a votação.

Temos 26 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovado em primeiro turno o PLC n. 0005/2014.

(Palmas)

Por entendimento das nossas lideranças e das bancadas, esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para hoje, às 16h22, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.